

## **ADENDA**

O presente documento é uma adenda ao Diagnóstico e às Propostas da Carta Educativa do Concelho de Portalegre.

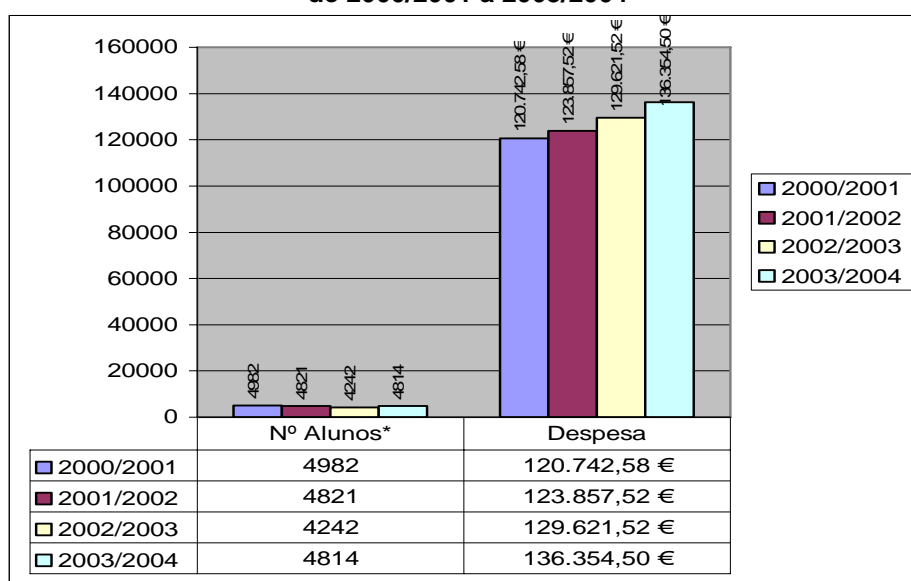
Em virtude da necessidade de actualização de alguns dados que constam no documento supra citado bem como das novas orientações do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) relativamente à Monitorização, torna-se pertinente a inclusão de um novo capítulo referente a este processo bem como a substituição do capítulo 3.12.3 referente aos transportes escolares e das fichas de intervenção n.º 16, 17 e 18. Encontrando-se em anexo.

### 6.13.3 – Transportes escolares (encargos da autarquia)

A análise do indicador “transportes escolares” no quadro da actual caracterização da oferta educativa no concelho de Portalegre é feita em função de duas vertentes. A primeira remete para a evolução do número de alunos e dos montantes de comparticipação (despesa) que a Câmara Municipal tem vindo a assumir nos transportes realizados pela empresa Transportadora Belos e a análise de fluxos dos transportes colectivos públicos. A segunda diz respeito aos transportes assegurados directamente pelo município para as localidades não abrangidas pela empresa atrás referenciada, bem como a análise da distância entre a residência e o estabelecimento de ensino e do tempo médio gasto pelos alunos nesta deslocação.

No que concerne à primeira vertente, os dados constantes no gráfico abaixo, para o intervalo de tempo entre 2000/01 e 2003/04, compreendem valores entre os meses de Setembro e Junho de cada ano lectivo. Da sua análise constata-se que, no que se refere ao número de alunos transportados, o seu valor vai oscilando ligeiramente de ano para ano, revelando, no entanto, um decréscimo significativo no ano lectivo 2002/03, para depois, no ano seguinte, retomar para um valor próximo aos verificados nos anos anteriores; no que diz respeito à evolução dos encargos assumidos pela autarquia, para o mesmo período, nota-se um ligeiro mas progressivo aumento do montante de comparticipações com esta modalidade de transporte<sup>1</sup>.

**Gráfico 37**  
**Evolução do número de alunos e dos encargos da Câmara nos transportes de 2000/2001 a 2003/2004**



Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

Nota: Os alunos têm direito a transporte escolar quando a distância entre o seu local de residência e a escola onde estão matriculados é superior a 3 Km (no caso de não ter refeitório) e 4 Km (se o estabelecimento de ensino possuir refeitório).

O quadro que se segue permite a análise do número de alunos que se prevê transportar a cargo da autarquia, através da empresa de transporte colectivo público, para o ano lectivo 2006/07; bem como o tempo médio previsto para a deslocação e a distância entre a freguesia de proveniência e a sede de concelho.

<sup>1</sup> - Em anexo podem ser consultados dados relativos à questão dos transportes, comparticipados pela autarquia, por escola.

**Quadro 97**  
**Análise de Fluxos dos Transportes Colectivos Públicos – Ano Lectivo 2006/07**

Proveniência	N.º alunos			Distância (Km)	Tempo médio gasto (mm)
	2.º e 3.º Ciclo	Secundário	Cerci		
Alagoa	23	12	-	15	16
Alegrete	49	25	2	13	39
Carreiras	12	7	-	11	15
Fortios	60	23	-	7	10
Reguengo	14	8	-	7	11
Ribeira de Nisa	18	4	-	7	17
Sé	6	-	-	1	5
S. Lourenço	3	-	-	1	5
Urra	56	27	-	7	20

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre, Transportadora Belos, 2006.

Em relação à segunda vertente, que remete para os transportes assegurados directamente pela autarquia, apresenta-se apenas a informação referente aos dois últimos anos lectivos. O quadro abaixo mostra, por um lado, que o número de alunos abrangidos por este apoio diminuiu entre os dois anos lectivos mencionados; e por outro lado, apesar dessa diminuição, manteve-se o montante de encargos suportados pelo município. Para além das zonas periféricas da cidade, são sobretudo as localidades mais distantes da sede de concelho que beneficiam deste tipo de apoio.

**Quadro 98**  
**Número de alunos e encargos da Câmara com transportes assegurados directamente pelo município, entre 2002/2003 e 2003/2004**

FREGUESIA	ANO LECTIVO	2002/2003 Nº ALUNOS	2002/2003 ENCARGOS	2003/2004 Nº ALUNOS	2003/2004 ENCARGOS
Reguengo		43	2.120 Euros	41	2.120 Euros
Fortios, Ribeira de Nisa, Transporte Nocturno para a S. Lourenço		38	2.280 Euros	36	2.280 Euros
S. Julião e Zonas periféricas da cidade		38	1.740 Euros	36	1.740 Euros
Urra		64	1.740 Euros	35	1.740 Euros
Zonas Periféricas da cidade		12	868 Euros	5	868 Euros
Zonas Periféricas da cidade		16	860 Euros	21	860 Euros
Alegrete		40	2.720 Euros	41	2.720 Euros
S. Julião		27	1.780 Euros	23	1.780 Euros
Freguesia de Carreiras e Ribeira de Nisa		40	1.364 Euros	35	1.364 Euros
<b>TOTAL</b>		<b>318</b>	<b>15.742</b>	<b>273</b>	<b>15.742</b>

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

Segundo o plano de transportes elaborado para o ano lectivo 2006/07, a rede de transportes escolares do concelho será composta por 8 itinerários efectuados por viaturas do município, como se pode verificar no quadro que se segue.

**Quadro 99**  
**Distância do local de residência dos alunos à escola previsto para o Ano Lectivo 2006/07**

Localidade (itinerários previstos para o ano lectivo 2006/07)	Distância (Km)	Tempo médio gasto (mm)	N.º Alunos
<b>I itinerário</b>			
- Igreja, Troviscal, Alagoinha de Baixo, Vargens, Rafael, Casa da Volta, Monte Sete, Carvalhal (EB1/JI Montinho)	40	25	10 – EB1 4 – JI
- Montinho, Sovrete, Alagoinha de Cima, Odres (EB1 Portagem)	15	20	6
<b>II itinerário</b>			
- Quinta Vigário Geral, Cabeços Brancos, Monte Courelas, Monteiro, Quinta do Prior, Cigano, Barrocas (EB1/JI Carreiras; EB2,3 Cristóvão Falcão, ES Mouzinho da Silveira)	10	30	EB1 Carreiras – 3 JI Carreiras – 1
- Ribeiro Buraco, Torre Alta, Galocha Baixo, Areeiro (EB2,3 Cristóvão Falcão)	9	15	EB2,3 Cristóvão Falcão – 10 JI Monte Carvalho – 1
- Cabeços Brancos, Estanqueiro, Antiqueira, Qt.ª Mata, Fonte Sapó, Est. Finicisa, (EB1 Vargem)	9	15	
- Monte Paleiros (EB1 Monte Carvalho)	1	5	EB1 Monte Carvalho – 2
- Belo Horizonte, Areeiro, Carapetas, Ribeiro Buraco (EB1/JI Carreiras)	8	15	EB1 Vargem – 12
- , , Antiqueira, Pedra do Ouro, Estanqueiro			ES Mouzinho da Silveira – 2
- Água de Todo o Ano, Tapada de Baixo (ES Mouzinho da Silveira)			
<b>III itinerário</b>			
- Herdade Entre Ribeiras (EB2,3 José Régio)	5	15	EB1 Reguengo - 8 JI Reguengo - 6
- B.º S. Bartolomeu, Qt.ª S. João, (EB1 Corredoura)	4	12	EB1 Corredoura – 3
- Igreja da Penha (EB1 Praceta)	4	12	EB1 Praceta – 2
- Sítio do Casqueiro, Fonte dos Fornos (EB2,3 Cristóvão Falcão, EB1 Assentos)	5	15	EB2,3 Cristóvão Falcão – 2
- Est. da Penha, Sítio Casqueiro (ES Mouzinho da Silveira)	4	12	EB1 Assentos – 1 ES S. Lourenço – 1
- Carvoeiro, Souto Serra, Lameira, Qt.ª do Carril, Sítio da Manga, Briando, Qt.ª Relva, Monte Vento, Pedras da Relva (EB1/JI Reguengo)	7	15	ES Mouzinho da Silveira – 2
- Fonte Fornos, Quinta S. João (ES S. Lourenço)	4	10	EB2,3 José Régio – 2
<b>IV itinerário</b>			
- Gafa de Cima, Qt.ª Rabaça, Monte Sete (ES S. Lourenço)			Instituto Formação Profissional – 3
- Monte Sete, Rafael (Instituto Formação Profissional)			ES S. Lourenço – 3
- Alagoinha de Baixo, Monte Sete, Qt.ª Militão (ES Mouzinho da Silveira)	55	20	EB1 Vargem – 1
- Rua Fonte Sapó, Salão Frio, Pedra do Ouro, Areeiro de Cima, Montinho (EB2,3 Cristóvão Falcão)	3	10	ES Mouzinho da Silveira – 4
- R. Olinda Sardinha, Covas de Belém (EB2,3 José Régio, EB1 Atalaião, ES Mouzinho da Silveira)	2	15	EB2,3 José Régio – 8 EB2,3 Cristóvão Falcão – 3
- Largo dos Aviadores (EB1 Vargem)	3	7	EB1 Corredoura – 1
<b>V itinerário</b>			
- Sítio das Vinhas, Sovrete, Montarecos, Porto da Boga, Besteiros de Cima (EB1 Alegrete)	6	15	EB1 Alegrete – 17 Paragem da Rodoviária – 20
- Fojo, Besteiros de Baixo, Vale Lourenço, Est. 3 Aferidos, Monte da Cabeça, Monte Herdade, Monte Palmeiro, Montarecos, Sovrete, besteiros, Porta Castelhanos, Vale dos Tojos Tap. Marvanejo (paragem da Rodoviária)	3	15	EB1 Vale de Cavalos – 9
- Cubos, Vale Covilhã, Monte da Cabeça, Est. Benzilhão, Sovrete, Monte Herdade (EB1/JI Vale de Cavalos)	6	15	JI Vale de Cavalos – 3
<b>VI itinerário</b>			
- S. Tiago, Monte Bugia, Curral Lagem (EB2,3 José Régio)	15	15	EB1 Urra – 6 JI Urra – 4
- Rua 1.º Maio, Rua Bertolos, Rua de S. Tiago, Rua das Guardas, S. Tiago, Caia, Herdade do Carvalhal (EB1/JI Urra)	9	15	EB1 Caia – 7
- Rua da Boa Fé, Monte Alagoa, Vale Lavrador, Paiva Tavares, Ponte Cereijal, Vale dos Montes (EB1 Caia e Nave Longa)	20	22	EB2,3 José Régio - 2
<b>VII itinerário</b>			
- Mata das Ladeiras, Rua Cimo da Vinha, Rua da Fonte Seca (EB1 Fortios)	2	5	EB1 Fortios – 14
- Penha (EB2,3 Cristóvão Falcão)	3	5	EB2,3 Cristóvão Falcão – 4
- Frangoneiro, Monte Almojanda de Cima, Rua Fonte Cortiço (EB1 Fortios)	5	15	
- Fonte Alta, Rua das Fontainhas (EB1 Fortios)	4	10	
- Quinta da Mata, Estanqueiro (EB2,3 Cristóvão Falcão)	12	10	
<b>VIII itinerário</b>			
- Chancrão (EB1 Assentos)	6	15	EB2,3 José Régio – 2 EB1 Assentos – 1
- Covões (EB1 Atalaião)	4	10	EB1 Ferreira Rainho – 2
- Tapada Serra, Pedras da Relva (EB2,3 José Régio); Souto Palhais (ES Mouzinho da Silveira); Tanquinhos – Salão Frio, Souto – Quinta Campos (EB2,3 Cristóvão Falcão)	12	15	EB2,3 Cristóvão Falcão – 2 EB1 Atalaião – 3 ES Mouzinho da Silveira – 1

Fonte: Câmara Municipal de Portalegre

**CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE PORTALEGRE**

**FICHA DE INTERVENÇÃO N.º 16**

Identificação:

001/E

Designação:

Obras de conservação / requalificação de Escola Básica 2,3 José Régio - PORTALEGRE

Descrição:

Conservação geral da Escola e arranjos exteriores.

Estratégias em que se insere:

Manutenção do Parque Escolar.

Articulações:

Prioridade:

3.<sup>a</sup>

Responsabilidade:

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO

Investimento previsto:

€ 250.000,00

Informações complementares:

## CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE PORTALEGRE

### FICHA DE INTERVENÇÃO N.º 17

Identificação:

001/E

Designação:

Obras de conservação / requalificação da Escola Secundária de S. Lourenço –  
PORTALEGRE

Descrição:

Remodelação dos espaços da Escola Secundária de S. Lourenço.  
Construção de um Polivalente com Biblioteca, anfiteatro, com projecto já aprovado.  
Substituição de caixilharias; outros melhoramentos.

Estratégias em que se insere:

Requalificação e manutenção do Parque Escolar.

Articulações:

Prioridade:

1.ª

Responsabilidade:

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO

Investimento previsto:

€ 2.775.000,00

Informações complementares:

--

**CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE PORTALEGRE**

**FICHA DE INTERVENÇÃO N.º 18**

Identificação:

001/E

Designação:

Obras de conservação / requalificação da Escola Secundária Mouzinho da Silveira –  
PORTALEGRE

Descrição:

Ampliação da Escola por meio da construção de uma Biblioteca / Centro de Recursos.  
Outras obras de conservação.

Estratégias em que se insere:

Ampliação, requalificação e manutenção do Parque Escolar.

Articulações:

Prioridade:

1.<sup>a</sup>

Responsabilidade:

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO



Investimento previsto:

€ 2.000.000,00

Informações complementares:

--

## 10. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

A monitorização é o *procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao que foi previsto num momento inicial, através da utilização de um sistema de registo*. Este controlo incide sobre aspectos relativos ao processo e aos resultados obtidos nas várias fases de implementação.

Com este esforço de monitorização/avaliação pretende-se conferir uma característica dinâmica ao processo de reflexão e ajustamento continuado ao conteúdo desta carta educativa, visando, em última instância, aferir progressivamente a “clarividência e a eficácia das propostas formuladas, por forma a que seja possível a detecção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas”<sup>2</sup>. Deverá, assim, haver uma avaliação permanente da eficácia e da eficiência da rede escolar, minimizando os possíveis impactos negativos resultantes do seu funcionamento.

Este processo deve assentar num sistema de registo de dados e de acções, visando acompanhar de forma continuada, os processos em curso, o seu impacto nos resultados esperados e os factores críticos para a concretização das acções planeadas. A identificação de indicadores sociais e de progresso, de fácil manuseamento, não pode ser dispensada.

É pertinente ter sempre presente ao longo de todo o processo que as direcções das escolas, os professores envolvidos no processo, os técnicos que participam com os estabelecimentos contribuam para uma melhoria qualitativa das intervenções.

Tendo em conta este conjunto de considerações, é fundamental o aprofundamento da caracterização do parque escolar/formativo existente bem como da população escolar pelo que se torna pertinente a identificação dos indicadores a ter em consideração ao longo de todo o processo. Assim, relativamente aos edifícios são: a tipologia, dimensão e a localização dos edifícios escolares e de formação, o seu estado de conservação, taxas de ocupação, a possibilidade de ampliação, a adequação dos espaços, a área de recreio, a rede de serviços, a acessibilidade pedonal e os meios de transporte (sobretudo públicos) e as questões de segurança. Em relação à população escolar ter-se-á em consideração os seguintes indicadores: taxa de escolarização e de pré-escolarização, n.º de alunos por escola/jardim de infância, n.º de alunos por ano/ciclo de ensino; população em idade escolar e taxa de insucesso/desistência.

### 10.1. GESTÃO

A monitorização da Carta Educativa deve ser da responsabilidade de uma estrutura com uma visão global integrada da realidade local em matéria de educação, no qual Conselho Municipal de Educação deverá assumir um papel relevante na assunção deste processo.

Assim, deverá ter uma base anual, que incorpore o próprio processo de planeamento de cada novo ano lectivo. Sendo o Conselho Municipal de Educação a entidade por excelência de

---

<sup>2</sup> - in MARTINS, Édio et al., *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*, Ministério da Educação, Lisboa, Setembro de 2000, pp.33.

acompanhamento do processo e de avaliação periódica dos resultados e será em sede deste órgão que irão ter lugar as reflexões avaliativas acerca da implementação da Carta Educativa, um “tomar do pulso” à realidade educativa com vista à garantia de um sistema de qualidade e adequado às necessidades locais, fruto de uma ampla discussão por parte de todos os actores envolvidos neste processo.

Em rigor, o elemento de sustentação do sistema de monitorização é a qualidade da informação, pelo que a actualidade e fidedignidade desta, assim como a utilização de indicadores adequados de progresso, são factores essenciais para o êxito deste tipo de instrumento.

Relativamente aos recursos humanos alocados ao sistema de monitorização seja designado um técnico afecto aos serviços de educação integrado na Divisão dos Assuntos Sociais e Educação, Desporto e Juventude da autarquia, a quem seja cometida a responsabilidade de proceder de forma sistemática à recolha e tratamento da informação considerada relevante. Sugere-se ainda que a esta actuação seja complementada e/ou acompanhada por técnicos de outros departamentos/serviços, por exemplo de planeamento ou de acção social, e pelo Conselho Municipal de Educação, devendo mesmo um ou dois dos seus membros serem especificamente designados para fazerem o referido acompanhamento, de uma forma mais próxima.

No que respeita aos meios técnicos, a utilização de ferramentas mais sofisticadas e poderosas, como um SIG (Sistema de Informação Geográfica), constituirá sempre um meio facilitador de acção/intervenção. Pelo que se recomenda a parceria com o SIGISM – Sistema de Informação geográfica Intermunicipal de S. Mamede, a funcionar na autarquia. Em complemento com uma Base de Dados, na qual constará todos os dados relevantes relativamente aos edifícios escolares.

## **10.2. FASES DO PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO**

No processo de monitorização podem distinguir-se três fases de concretização: recolha, organização e disponibilização da informação; criação de modelos de transformação da informação em instrumentos de acção e a avaliação dos resultados.

O processo de monitorização seguirá, esquematicamente, as seguintes etapas:

1. – recolha, organização e disponibilização da informação;
2. – transformação da informação em instrumentos de acção;
3. – Avaliação dos resultados.

O acompanhamento do desenvolvimento das políticas constantes na Carta Educativa por parte do Conselho Municipal de Educação permite dotar a Câmara de um instrumento que lhe possibilite operacionalizar um envolvimento ao nível dos vários serviços de que é responsável na área educativa: sócio-educativos (transportes escolares, ASE, intervenções recreativas e culturais complementares, almoços e prolongamentos do Pré-escolar, funcionários auxiliares de acção educativa); património (edificado escolar e outros equipamentos), obras (manutenção do edificado escolar); culturais (cedência de espaços para actividades culturais, envolvimento da população estudantil nos eventos culturais organizados); desporto (natação, educação física).

### **10.2.1 – Recolha, organização e disponibilização da informação**

A recolha da informação deverá ser um processo sistemático, permitindo uma constante e permanente actualização.

Em relação à recolha de dados, consistirá na pesquisa documental, inquéritos por entrevistas a informantes-chave no domínio da educação e inquéritos por questionários a aplicar às coordenadoras dos estabelecimentos de ensino.

Com os dados extraídos da aplicação das técnicas anteriormente referidas, ir-se-á proceder à elaboração de uma Base de Dados, que permitirá a constante actualização de toda a informação. Esta irá conter uma ficha individual de sistematização para cada estabelecimento escolar com informações relativamente à população escolar e recursos e aos recursos físicos e/ou tecnológicos.

### **10.2.2 – Transformação da informação em instrumentos de acção**

A informação é aqui também um instrumento para a acção, um suporte à tomada de decisões.

A observação do conjunto das dinâmicas implicadas no processo e da verificação em pormenor do modo como elas se estão a reflectir no terreno poderá fornecer as indicações práticas necessárias à monitorização e à introdução de ajustamentos, caso se verifiquem, à sua efectiva implementação. Importa portanto reter como um elemento central a finalidade de contribuir para a definição de estratégias e metodologias para o próximo período de programação, a partir da verificação aprofundada das dinâmicas actuais. Assim, a avaliação dos resultados das intervenções em função dos objectivos inicialmente propostos, poderá conduzir á revisão das estratégias.

Pretende-se promover o acompanhamento sistemático das dinâmicas do sistema educativo de modo a apoiar a concepção e a decisão de medidas de intervenção no que respeita à política educativa para o município, e se necessário, a reformulação dos objectivos, quando estivermos perante desvios significativos que possam comprometer os resultados esperados.

Pelo que, assim, no fim do ano lectivo deverá ser feita a actualização da informação e a avaliação dos resultados obtidos até ao momento, numa dupla lógica, por um lado, de detecção de desvios face ao definido inicialmente, e por outro lado, do grau de evolução já alcançado tendo em conta o que são os resultados finais pretendidos.

## **2.3 – Avaliação dos resultados**

Com a avaliação dos resultados pretende a elaboração de um relatório de diagnóstico onde são compilados todas as informações e dados caracterizadores da situação anual do sistema educativo local, será feita uma reflexão comparativa com os princípios da Carta Educativa pelo Conselho Municipal de Educação, permitindo eventuais ajustes considerados necessários. O qual deverá ser produzido no final de cada ano lectivo.

Os produtos principais decorrentes do processo de monitorização serão os seguintes: relatórios anuais com as principais conclusões de conjunto relativas a cada ano lectivo, contendo informações e recomendações acerca da organização do próximo ano lectivo e das futuras propostas de intervenção e a revisão da Carta Educativa de 5 em 5 anos.